



SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Comissão Permanente de Licitação**

Resposta SEI-GDF - SLU/PRESI/CPL

**RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019-SLU/DF**

Processo nº 0094-001014/2015

**OBJETO:** Contratação de Empresa para construção de um Ponto de Entrega Voluntária – PEV – para organização e armazenamento provisório dos materiais recebidos na Cidade de ÁGUAS CLARAS/ DF , localizado na Av. Jacarandá, Lote 24, conforme quantidades, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

**IMPUGNANTE:** MENDONÇA & GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA., CNPJ Nº 13.798.155/0001-67

A impugnante protocolou em 12/09/2019, por e-mail, impugnação endereçada a esta Pregoeira referente ao EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2019. A Pregoeira, designada em face dos termos da impugnação em referência, expõe e decide com fulcro no art. 11 do Decreto Distrital n.º 23.460/2002, que adiante segue:

**1. DA TEMPESTIVIDADE**

Recebe-se a presente impugnação, visto que interposta TEMPESTIVAMENTE pelo senhor Gabriel Mendonça Gonçalves, que apresentou a sua impugnação dentro do prazo pertinente, em conformidade com o art. 11 do Decreto Distrital n.º 23.460/2002, e o item 3.1 do Edital, senão vejamos:

3.1. Até o dia **12/09/2019**, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico: [copel@slu.df.gov.br](mailto:copel@slu.df.gov.br), até as 18 horas, no horário oficial de Brasília/DF.

**2. DAS RAZÕES**

O impugnante alega, em tese, que a exigência da parcela de maior relevância solicitada na apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, foi "*reproduzida limitando a participação de empresas interessadas na presente licitação, pois impede o caráter competitivo do certame,...*", de acordo com o solicitado no item 14.3.7 do Edital, transcrito a seguir:

14.3.7. Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove (m) a aptidão da licitante para desempenho de atividades objeto desta licitação, em características, quantidades e prazos, limitadas as parcelas de maior relevância e do valor significativo do objeto, ou seja, comprovar que já executou obra de edificações com área mínima de 21 m<sup>2</sup>, e serviços de terraplenagem com movimento de terra com volume mínimo de 110 m<sup>3</sup>:

Requer em sua peça impugnante que seja alterado o item 14.3.7 ora atacado, "*tendo em vista que tal exigência limita a competição e direcionam a licitação a um grupo menor de empresas, ferindo o aspecto competitivo do certame*".

### 3. DO JULGAMENTO

Considerando que as alegações são de cunho, estritamente técnico, esta Pregoeira submeteu a impugnação para crivo da área técnica do SLU, Diretoria Técnica (DITEC), que assim se manifestou:

#### NOTA TÉCNICA Nº 33/2019 – DITEC

**Assunto:** Impugnação

**Solicitante:** Diretoria Geral/SLU

A presente Nota Técnica visa apresentar esclarecimentos acerca do Pregão Eletrônico nº 05/2019 - SLU, para Contratação de Empresa para construção de um Ponto de Entrega Voluntária – PEV na região Administrativa de Águas Claras.

OBJETO: Contratação de Empresa para construção de um Ponto de Entrega Voluntária – PEV – para organização e armazenamento provisório dos materiais recebidos na Cidade de ÁGUAS CLARAS/ DF , localizado na Av. Jacaranda, Lote 24.

MG INCORPORADORA

#### Questionamento:

*"Na planilha disponibilizada pelo Órgão demonstra primeiramente que se trata de uma execução de obra, possuindo uma área de 662,50m<sup>2</sup>, obtendo diversos serviços de complexidade como execução de edificação civil, incluindo, serviços de elétrica, hidráulica, pisos, alvenaria, muros, entre outros.*

*O Órgão por sua vez, solicitou a comprovação, de acervo técnico operacional, de execução de serviços de terraplanagem com movimento de terra com volume mínimo de 110 m<sup>3</sup>, não sendo item de extrema importância, pois sua significância se encaixa em menos de 13% do valor do Órgão, tendo outros itens mais complexos e específicos para a natureza da obra.*

*Essa restrição priva algumas empresas de engenharia que trabalham constantemente com reformas e construções civis, não sendo motivo concreto para a exigência permanecer arrolada em edital, tendo em vista sua baixa complexidade e especificidade no que tange a obra em si, não devendo esta exigência prosperar, tendo em vista que o objeto não é execução de terraplanagem e sim de uma edificação comercial, sendo a terraplanagem apenas um serviço complementar."*

**Resposta:** No que tange ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica da empresa, em que deverá comprovar a aptidão da licitante para desempenho de atividades objeto desta licitação, em características, quantidade e prazos, conforme o item 14.3.7, tal comprovação dar-se-á em **executar conforme especificações mínimas exigidas de 21m<sup>2</sup> em execuções de obras de edificações e de serviços de terraplanagem com movimento de terra com volume mínimo de 110m<sup>3</sup>** de acordo com o **PRAZO DE EXECUÇÃO pré-estabelecido (3 meses)**. Conforme [ANEXO I - Pregão Eletrônico 05/2019 - SLU, item 1.1.1.](#), conceitualmente, Ponto de Entrega Voluntária para pequenos volumes é:

*[...] " PEV- dotado de 4 caçambas Brooks para descarte de resíduos densos (duas para classe A limpo, uma para classe A sujo e uma para solo). **Espaço em platô para descarte nas caçambas Brook, baias para descarte de resíduos volumosos, assim como podas, duas baias cobertas para eventual apoio à coleta seletiva e um escritório com banheiro; ocupa uma área de aproximadamente 600 m<sup>2</sup>** (em alguns casos pode-se adotar com 6 caixas Brooks em função da alta frequência prevista de remoção das mesmas)."*

Estas exigências são necessárias para garantir a segurança e qualidade dos serviços a serem realizados, uma vez que os serviços de movimento de terra são a base para todas as edificações, e a plataforma de recebimento dos resíduos é a parte principal do objeto (item 2 da planilha de orçamento).

Ressalte-se que a parcela de maior relevância a ser exigida, tem amparo constitucional constante do inc. XXI do art. 37 da Constituição da República, segundo a qual a Administração somente poderá exigir das licitantes a

comprovação de aspectos técnicos e econômicos **indispensáveis ao cumprimento das obrigações** inerentes ao futuro contrato.

Cabe à Administração indicar no edital da licitação, qual é a parcela de maior relevância técnica, pois é com base nela que o licitante irá demonstrar sua capacidade técnica. Assim, é de suma importância que a empresa que irá prestar este serviço tenha a expertise mínima exigida.

No que diz respeito da restrição devido a exigências acima citadas, esta Autarquia já implantou 10 (dez) PEV's no Distrito Federal, onde foram estabelecidas, exigidas e atendidas as condições mínimas, ambos com ampla quantidade de empresas concorrendo, ou seja, é possível manter a competitividade e igualdade a todos os proponentes, com comprovação técnica mínima de acordo com o objeto licitado.

**GABRIEL ARRAES DE SOUZA CASAS**

Diretor Técnico

DITEC/SLU

**FERNANDA FERREIRA DE SOUSA**

Assessora Técnica – PRESI/SLU

**GLAYSON LUIZ ALVARENGA CHAMIÇO**

Gerente – GEMAN/DITEC/SLU

A pregoeira acata a manifestação da área técnica, e acresce que o princípio da competição está relacionado com à competitividade, às cláusulas assecuratórias da igualdade de condições a todos os concorrentes.

O inciso do § 1º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/93 ressalta ser vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Ressalte-se que o disposto no Acórdão nº 244/2015-Plenário, do rel. Bruno Dantas, *in verbis*:

A exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, para fins de atestar a capacidade técnico-operacional, deve guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto e recair, simultaneamente, sobre as parcelas de maior relevância e valor significativo. Como regra, os quantitativos mínimos exigidos não devem ultrapassar 50% do previsto no orçamento base, salvo em condições especiais e devidamente justificadas no processo de licitação.

[...]

12. Outro ponto relevante a mencionar diz respeito ao valor dos quantitativos estabelecidos pelo Instituto para fins de aferição de capacidade técnico-operacional, que apresentavam proporção idêntica ao quantitativo total previsto para execução do respectivo serviço, nos orçamentos base das licitações. Naquela oportunidade, assinalai que os precedentes desta Corte informavam, como regra, que os quantitativos mínimos não deveriam ultrapassar 50% do valor previsto no orçamento base, salvo em condições especiais e devidamente justificadas.

13. No entanto, reputo elidido o indício de irregularidade levantado em razão de o IF-Goiano ter demonstrado que existia uma observação no projeto básico mencionando que a comprovação da capacitação técnica previa atestados com, no mínimo, 50% dos quantitativos das tabelas indicadas, em consonância com a jurisprudência desta Corte (peça 11, p.25; peça 12, p. 6) .

#### 4. DA DECISÃO

Em referência ao fato exposto e da análise ao item impugnado, a Pregoeira, no uso de suas atribuições e em obediência a Lei nº 8.666/93, bem como, em respeito aos princípios licitatórios, **DECIDE** que a presente Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019 foi CONHECIDA, e no mérito, **NEGAR PROVIMENTO**, acolhendo o posicionamento da área técnica, mantendo inalterada a data de abertura do certame.

Brasília, 12 de setembro de 2019

**Neide Aparecida Barros da Silva**

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **NEIDE APARECIDA BARROS DA SILVA - Matr.0273561-X, Pregoeiro(a)**, em 12/09/2019, às 17:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **28245193** código CRC= **6D648896**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 08, Edifício Shopping Venâncio, 6º Andar - Bairro Asa Sul - CEP 70333-900 - DF

3213-0200